



**1 ATA DA TRICENTESIMA OCTAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**  
**2 CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CEPRAM.**

3 No dia vinte e cinco de setembro de dois mil e quinze realizou-se a tricentésima  
4 octogésima quarta reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente  
5 (CEPRAM) realizada no auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico  
6 (SDE), às nove horas; justificou a ausência do secretário e presidente deste Conselho  
7 que estava participando das discussões da revisão da Resolução 01 e 237 do  
8 Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) na Associação Brasileira de  
9 Entidades Estaduais do Meio Ambiente (ABEMA); registrou que na pauta enviada não  
10 constou o item sobre a apresentação da nova diretoria da ASCRA pela presidente  
11 Sara Alves; em seguida apreciação e aprovação da ata da reunião 383ª; apresentação  
12 de estudos de áreas prioritárias para conservação no Estado da Bahia coordenado  
13 pela Superintendência de Estudos e Pesquisas (SEP) da SEMA; apresentação da  
14 revisão da Resolução 4.327 de 2013, que dispõe sobre as atividades de impacto local  
15 de competência dos municípios com adequação ao anexo da Resolução em razão das  
16 alterações promovidas pelo Decreto 15.682 de 2014; após relato dos processos que  
17 foram apreciados pela Câmara Técnica Recursal; apreciação da proposta de  
18 Resolução que dispõe sobre a composição das Câmaras técnicas dentro do Conselho;  
19 O que Ocorrer. Passou a palavra a Sara Alves que informou que a ASCRA é a  
20 Associação dos Servidores do Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA) da  
21 SEMA e do INEMA; disse que o processo eleitoral ocorreu recentemente e a nova  
22 diretoria foi empossada na semana anterior; fez referência à Carta Aberta elaborada pela  
23 Associação apresentada na reunião anterior deste Conselho, com isso motivou a  
24 presença da nova diretoria que tem como presidente a Sra. Sara Alves e demais  
25 integrantes Sra. Mariana Pinho, Sra. Ana Cordeiro, Sra. Júlia Santana e Sr. Roberto;  
26 agradeceu a acolhida da “Carta Aberta à Sociedade” que dava conhecimento a  
27 sociedade sobre a atual gestão da política ambiental, ao tempo que se colocava à  
28 disposição de todos; disse que a finalidade do movimento em prol da carreira e da  
29 gestão ambiental era estreitar o diálogo e contatos com várias instituições e Fóruns;  
30 registrou que tiveram apoio de várias entidades; colocou que os servidores quer  
31 contribuir efetivamente com os instrumentos de gestão ambiental no Estado da Bahia.  
32 Destacou o esvaziamento das atribuições desse Colegiado de contribuir efetivamente  
33 com as políticas; disse que foi constatado durante esses três últimos anos que mais de





34 87% da matéria que esse Colegiado se debruça são processos recursais de multa, ou  
35 seja, o CEPRAM se transformou em esfera recursal; salientou que o CEPRAM é um  
36 espaço de participação social. Registrou que a ASCRA e servidores quer participar  
37 das reuniões ordinárias para contribuir com os conselheiros; solicitou que se possível,  
38 serem convidados para reuniões ordinárias, bem como receber as atas das reuniões.  
39 Informou que a ASCRA funciona no prédio do INEMA, 2º andar. Mariana Mascarenhas  
40 agradeceu a todos representantes dessa associação; falou com relação à  
41 manifestação de participar da reunião, salientou que é um evento aberto, contudo  
42 incluiria os contatos de todos os Colegiados Ambientais para serem informados das  
43 agendas de forma mais rápido, assim como as atas após aprovadas. Destacou que a  
44 pauta constante de processos administrativos referentes às penalidades de  
45 advertência, multa, interdição etc. tem um volume bastante alto; disse que a instituição  
46 e o funcionamento da Câmara Técnica Recursal foi um ganho para o Colegiado, ajuda  
47 a acelerar o julgamento desses processos; ressaltou que, com relação ao  
48 envolvimento do Conselho e produção em matérias normativas, a maioria das  
49 matérias para chegarem até a plenária do CEPRAM passa por uma ou mais Câmara  
50 Técnica, algumas vezes se torna um processo lento que precisa de uma série de  
51 discussões, aprofundamento e segurança para aprovar; registrou que o Conselho tem  
52 participado ativamente no processo de discussões de várias matérias tais como:  
53 alterações de decretos e proposições de políticas, ou seja, isso não é Resolução mas  
54 é o Conselho ajudando a normatizar e legislar. A conselheira Maria Mascarenhas  
55 colocou a ata da reunião 383ª em apreciação. O conselheiro Luiz Vitor solicitou que  
56 constasse em ata o conteúdo da Carta Aberta que foi lida e rebatida alguns pontos,  
57 mesmo como anexo. Renato Cunha apontou que na linha 113 diz: "que o conselheiro  
58 Renato Cunha se retratou para registrar que é preciso discutir no Conselho uma série  
59 de questões apontada na Carta Aberta" – discordava do termo retratou, pediu para  
60 substituir por: colocou ou reivindicou. Também na linha 332, "...que Renato Cunha  
61 registrou sua indignação com relação às ausências dos conselheiros remanescentes" -  
62 disse que seria ao contrário, sua indignação com os conselheiros que se ausentaram  
63 da reunião, ou seja, que não permaneceram até o final da reunião; ratificou sua fala,  
64 considerando que os conselheiros devem se programar para se fazer presentes até o  
65 final da reunião. A conselheira Mariana Mascarenhas colocou: caso ocorram mais  
66 alterações fossem encaminhadas, por e-mail, para os devidos procedimentos em ata,  
67 sendo assim a ata não seria aprovada naquele momento. O conselheiro Melquiades





**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - Secex

Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cepram

68 Oliveira reiterou que fosse reforçada aos conselheiros a falta de participação da  
69 maioria dos membros até o final da reunião; sugeriu o envio da lista de presença,  
70 digitalizada, juntamente com a ata. O conselheiro Renato Cunha sugeriu acrescentar  
71 Renato Cunha e Melquiades Oliveira "registraram a sua indignação...". Em seguida  
72 passou a palavra ao Sr. Luiz Ferraro para apresentar os Estudos de áreas protegidas.  
73 O Sr. Luiz Ferraro comentou que essa era a segunda vez que apresentaria mais uma  
74 construção da SEMA e o INEMA com a participação da sociedade. Falou que o MAP  
75 ainda não está online pelos mesmos problemas referidos na última reunião com  
76 relação à infraestrutura; no momento existe outra construção que são as áreas  
77 prioritárias e uso sustentável da biodiversidade; disse que foi concluído o trabalho  
78 técnico com a coordenação da empresa WWF, foi muito bem trabalhada e bem  
79 conduzida; cumprimentou a equipe técnica da SEP/SEMA, do INEMA pela  
80 participação bastante intensa na construção desse processo. Convidou a Sra. Paula  
81 Hanna Valdujo, representante da empresa WWF para fazer a apresentação. A Sra.  
82 Paula Hanna agradeceu a oportunidade de fazer esse trabalho conjunto  
83 INEMA/SEMA; falou sobre a metodologia utilizada, aprovada pela Comissão Nacional  
84 de Biodiversidade (CONABIO) em 2005 para ser utilizada pelo Ministério de Meio  
85 Ambiente (MMA) na identificação de Áreas Prioritárias para Conservação dos biomas  
86 brasileiros; disse que o que foi feito, foi pegar essa metodologia já escrita dentro de  
87 um protocolo que cumpre as metas de CDB e metas de aichi para fazer pequenas  
88 adequações às particularidades do Estado da Bahia; apresentou os objetivos e  
89 históricos do planejamento sistemático da conservação, os princípios que se baseia  
90 para fazer a análise, as etapas do processo de construção das áreas prioritárias do  
91 Estado da Bahia e metodologia utilizadas para as análises e resultados entregues.  
92 Destacou que para responder ao longo do processo a identificação dessas áreas é  
93 verificar o que precisa ser conservado, o quanto precisa conservar e onde, quais são  
94 as áreas que e o produto identificado no mapa; ressaltou que o resultado não é  
95 simplesmente o mapa, e sim a utilização de ferramenta e a base de dados que foi  
96 utilizado que está disponível para a equipe da SEMA e INEMA e para quem mais  
97 estiver interessado em fazer análises mais regionalizadas, incluir novos atributos e  
98 refazer essa avaliação; disse que faz uma construção de um conjunto de informações  
99 que serão analisadas para embasar essa decisão. Explicou que um ponto  
100 fundamental é a espacialização das metas de conservação e que os resultados são  
101 flexíveis. Destacou que as áreas prioritárias vão além do resultado da análise do





**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - Secex

Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cepram

planejamento sistemático, trata-se de uma construção social e depende de informação que entra e o pós-processamento de toda fase de mapeamento; apresentou detalhadamente o fluxograma que descreve a metodologia como todo; informou que os dados utilizados e os resultados do estudo estão disponíveis numa plataforma online (site paisagemwwf.org. br). Em seguida a conselheira Mariana Mascarenhas agradeceu a Sra. Paula Hanna, abriu espaço para o debate. O Sr. Joseval representante do INEMA questionou se o estudo contemplou as áreas arqueológicas e de espeleologia de cavernas considerando que são áreas de estudos importantes nessa linha, bem como as áreas de biodiversidades; disse que não identificou a agricultura nas áreas de conflitos. Perguntou quais as informações da base de dados utilizadas porque em sérios problemas de informação espacial no Estado da Bahia por conta da variação de Escala, com isso seria interessante refinar os estudos no sentido de melhorar a Escala em nível de estudos de áreas prioritárias, para que possa obter dados mais confiáveis. O conselheiro Martin Mayr perguntou como vai ser o procedimento a partir desse momento, e, até com ponto o que foi levantado vai impactar de forma prática em prol dos processos de Licenciamento; fez observação com relação à carência de dados, sobre as comunidades tradicionais, principalmente na região do Oeste que é muito pouco documentado; salientou que a biodiversidade mais rica se encontra justamente nessa região onde as comunidades tradicionais conseguiram resistir contra o avanço da fronteira agrícola; disse que era importante observar porque significa que é preciso fortalecer a permanência também dessas comunidades. O conselheiro Célio Pinto parabenizou a SEMA e a empresa WWF considerando um trabalho de excelência técnica e isenção que qualifica um instrumento importante para direcionar o planejamento da fiscalização; pediu que, após um refinamento e a incorporação de novas diretrizes de fiscalização Estadual por parte do INEMA que o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) seja acionado para afinar o planejamento Federal com o Estadual e poder otimizar em alguns espaços, a exemplo na FPI que envolve o Ministério Público Estadual da Bahia e o Comitê do São Francisco que já está disponibilizando recursos para as atividades de fiscalização; disse que outras ações correlatas que o Ministério Público vem conduzindo é o Projeto Arboreto no Extremo Sul da Bahia; fez comentários para que possa dar visibilidade para os Fundos e as Instituições que trabalham com Editais que estimulam ações de proteção. A Sra. Paula Hanna respondeu aos questionamentos: com relação à Geodiversidade e Cavernas





**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - Secex

Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cepram

136 foram utilizados os dados do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de  
137 Cavernas - (CECAV) para distribuição de cavernas, foi utilizada a base de dados da  
138 Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - (CPRM) e do levantamento que foi  
139 feito para o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE). Com relação à agricultura não  
140 tem um mapeamento de áreas de agricultura sistematizado para todo o Estado,  
141 utilizou-se a base do desmatamento como se representasse os diferentes usos. Disse  
142 que qualquer melhora na base de dados em diferentes escalas é possível incorporar e  
143 regionalizar análise, por isso a importância dessa plataforma em que todos os dados  
144 estão disponíveis. Em relação a pouca informação sobre comunidades tradicionais,  
145 lamentou e ratificou a dificuldade que existe em qualquer região para obter  
146 informações sobre as áreas que são efetivamente usadas nas comunidades. O Sr.  
147 Luiz Ferraro fez vários comentários e esclarecimentos com relação aos  
148 questionamentos colocados; destacou a necessidade de verificar como ficará esse  
149 refinamento com relação à regulamentação. A Sra. Márcia Teles registrou que as  
150 diretorias que participaram do processo de construção desse projeto, de uma forma  
151 mais integrada, desde o início, naturalmente, já estão vinculadas a esse processo, as  
152 demais que não participaram desse mecanismo de gestão vai se integrar as atividades  
153 do INEMA; disse que existe outras ferramentas que foram desenvolvidas e  
154 apresentadas as diretorias e estão sendo incorporadas. O Sr. Luiz Ferraro destacou  
155 que o Sr. Marcelo Araujo, ex-diretor de Pesquisa Ambiental deu início a todo  
156 processo de discussão para construção do Termo de Referência com participação  
157 ampla. O Sr. Eduardo Gabriel representante do INEMA parabenizou a equipe, disse  
158 que era um trabalho feito com muito zelo; registrou que um grupo de servidores do  
159 INEMA apreciou o material e pontuou algumas recomendações; disse que existem  
160 temas que possam avançar e melhorar. Perguntou: quais seriam as recomendações  
161 para as áreas que não são consideradas prioritárias, se existe algum tipo de indicação  
162 no reforço de reserva legal, de APP e nascentes em beira de rio; reforçou a  
163 necessidade de fazer recomendações em relação a licenciamento e fiscalização;  
164 perguntou que tipo de arranjo institucional a SEMA fará com o resultado final do mapa,  
165 para que se torne uma ferramenta, um instrumento de suporte como foi colocado  
166 durante a explanação. Disse que o resultado será construir uma Resolução do  
167 Conselho, um Decreto ou uma Lei Estadual para incorporar na gestão de meio  
168 ambiente e de recursos hídricos no Estado. O conselheiro Sergio Bastos questionou  
169 se foi elaborado um cronograma para os próximos passos que serão estabelecidos





170 para aplicação desse estudo. Reportou-se ao gráfico mostrado referente às espécies;  
171 perguntou se as áreas de licenciamento foram mapeadas, considerando a existência  
172 de processos de licenciamento numa região de conflito. Como será o refinamento, e  
173 qual o prazo? O conselheiro Luiz Vitor colocou que as Unidades de Conservação –  
174 UC's precisam de três elementos básicos, para que tenham alguma efetividade, tais  
175 como: um plano de manejo, um Conselho Gestor e um Gestor, apenas umas duas ou  
176 três tem a possibilidade de existir, as demais só existem no papel. Qual a efetividade  
177 desse estudo, na medida em que hoje existem 41 UC's e somente duas ou três  
178 funcionam. Questionou se o investimento aplicado nesse estudo, vai ser utilizado  
179 nessas UC's. A Sra. Paula Hanna respondeu que, com relação à fala do técnico  
180 Gabriel esperam ansiosamente o retorno da avaliação do INEMA e como puder usar  
181 essas informações adequar ao produto. Com relação às imprecisões da análise existe  
182 uma Escala que é precisa para Escala a quem foi feito o estudo, que é o Estado da  
183 Bahia, ao regionalizar uma determinada situação de licenciamento, uma obra de infra-  
184 estrutura é necessária adequar a Escala a essa nova área de abrangência. Disse que  
185 não dá para considerar o estudo como esses dados que foram utilizados como  
186 imprecisos para o Estado da Bahia; explicou que foi recomendado, quando da  
187 avaliação em cima de uma única área prioritária, utilizar dados compatíveis com a  
188 nova Escala, por isso é fundamental que todos os dados estejam disponibilizados;  
189 salientou que é possível fazer a transição de Escala considerando que os dados  
190 existentes são modelagens e precisa de dados de campos; ressaltou que são  
191 decisões que precisam ser tomadas, caso a caso, no momento que os  
192 empreendimentos forem avaliados. Com relação à efetividade desse produto, voltando  
193 às metas da CDB – meta 11, 17% dos ecossistemas terrestres protegidos com  
194 representação ecológica, efetividade de gestão e equidade, entende-se e o Ministério  
195 do Meio Ambiente (MMA) também entende que para a questão da representação  
196 ecológica existe uma metodologia e tem como avaliar, com possibilidade de gerar um  
197 produto melhor para atender esse componente de representação ecológica. O Sr. Luiz  
198 Ferraro ressaltou que tem uma agenda para se trabalhar com imprecisão, mas isso  
199 não pode ser uma forma de impedimento para planejamento e aplicação. Destacou  
200 que esse mapa não se destina tão somente a criação de Unidade de Conservação vai  
201 muito, além disso. Considerava um mapa orientativo para a política. Comentou que  
202 mesmo uma Unidade de Conservação criada no papel tem uma importância  
203 fundamental. O conselheiro Renato Cunha manifestou a importância desse trabalho





**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - Secex

Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cepram

204 desenvolvido pela SEMA/INEMA e a empresa WWF. Falou sobre a aplicação desse  
205 estudo a Entidade ambientalista GAMBÁ junto com a Universidade Federal do  
206 Recôncavo está trabalhando em uma das áreas prioritárias para criação da Unidade  
207 de Conservação com estudos bem avançados e concretos com previsão de criação  
208 ainda este ano. Perguntou qual seria o instrumento legal que validará esse estudo. O  
209 conselheiro Miguel Accioly questionou se nos estudos são apontados, claramente,  
210 onde estão as lacunas e deficiências dos dados. Solicitou que esse estudo fosse  
211 remetido as Câmaras Técnicas de Biodiversidade e de Políticas Públicas para que se  
212 possa aprofundar mais na possibilidade de gerar recomendações e sugestões para o  
213 próprio CEPRAM bem como para o Estado. O conselheiro Claudio Magalhães  
214 registrou que as fragilidades de informações sobre as comunidades tradicionais têm  
215 gerado certa pressão nas Comunidades; disse que se colocava a disposição para fins  
216 de contribuir e melhorar essa situação. A conselheira Alessandra Cotrim perguntou se  
217 foi utilizado o mapa de áreas produtivas da região Oeste? Como foi feita a validação  
218 de dados de campo e primários, e se foi utilizada as instruções normativas do MMA  
219 (443, 444 e 445). A Sra. Kitty Tavares fez algumas considerações com relação ao  
220 desenvolvimento dos trabalhos; comentou que sendo um espaço de Conservação  
221 como trabalhar um incentivo as RPPN's. A Sra. Paula Hanna esclareceu que tem  
222 algumas informações no relatório sobre deficiências em dados, contudo concordava  
223 que deve ser dado um destaque maior para isso, com o resultado se identificou como  
224 áreas de conhecimentos que são áreas mais prioritárias para investir no futuro;  
225 informou que será incluído esse ponto no relatório. Solicitou ao conselheiro Claudio  
226 Magalhães que tomasse ciência do relatório, a fim de puder passar alguma  
227 contribuição a SEMA. Disse que tudo isso era um processo de construção. Informou  
228 que não houve validação de dados de campo, mas foram utilizados dados primários  
229 coletados em campo, foi feita consultas com os especialistas num total de 130  
230 Botânicos; disse que não foi possível realizar um trabalho específico de campo, para  
231 áreas prioritárias, foi utilizado à lista vermelha do MMA e o que foi produzido da lista  
232 vermelha Estadual da Bahia. Informou que vai consultar se foram incluídas as áreas  
233 produtivas da região Oeste, caso negativo será feitos um cruzamento e o refinamento.  
234 O Sr. Luiz Ferraro falou que com relação a povos e comunidades tradicionais, existe  
235 um cuidado de se trabalhar com dados oficiais que tem uma dinâmica própria;  
236 destacou que até fim 2016 e início de 2017; disse que estava previsto que todos os  
237 Fundos de Pastos terão que estar pelo menos com um ponto definido, para indígenas





238 não existe uma restrição com relação a prazo. Falou com relação ao processo de  
239 validação, o contrato com a empresa WWF está se encerrando, por isso não  
240 acreditava ser conveniente abrir uma agenda com as Câmaras Técnicas considerando  
241 que essa agenda pode ser permanente; registrou que todos os membros dos  
242 Colegiados estão convidados a acessar um link e fazer considerações, para que junto  
243 a empresa WWF verificar o que é o produto 1.0; disse o que não pode é adiar esse  
244 ponto por ser um produto indefinidamente, por questões contratuais, o produto tem um  
245 aprimoramento permanente, contudo tem um prazo; disse que após deve-se partir  
246 para uma agenda política, normativa, legislativa, ativa e técnica de desdobramento;  
247 destacou que esse produto 1.0 que uma de suas agendas além da de aplicação de  
248 cotas de reservas, de compensação, tem uma agenda própria de atualização e  
249 aprimoramento que pode ser colocado como próximo ponto de pauta da CTBIO o  
250 acompanhamento nesse desenvolvimento; ressaltou que a validação se deu ao longo  
251 de todo processo de construção. Falou com relação às licenciadas, o mapa de áreas  
252 produtivas tem uma dinâmica própria e em sua opinião o ideal seria utilizar uma  
253 ferramenta online do mapa. Após essa apresentação e esclarecimentos a conselheira  
254 Mariana Mascarenhas parabenizou e agradeceu a participação das equipes  
255 SEMA/INEMA pelo trabalho que foi desenvolvido apresentando o resultado neste  
256 Conselho e acolhendo as contribuições; esclareceu que com relação ao  
257 questionamento sobre qual instrumento legal desse estudo, não se tratava de uma  
258 Resolução porque não é competência do CEPRAM normatizar essa matéria; disse que  
259 sobre a sugestão de discutir essa matéria em Câmaras Técnicas poderia verificar a  
260 possibilidade de recomendações futuras; salientou que nos próximos dez dias esse  
261 trabalho será finalizado, podendo considerar que se tem um instrumento inicial que  
262 ajudará a olhar para o Estado de diversas formas; reforçou que poderão acessar o link  
263 para eventuais observações, que poderão ser enviadas a SEMA/SECEX e a SEP que  
264 está coordenando os trabalhos e repassará a equipe. A conselheira Leila Oliveira  
265 questionou que houve uma convocação para participar da primeira reunião para tratar  
266 sobre o assunto em questão; salientou que trata de um assunto de extrema  
267 importância para área de agricultura e se faz necessário um prazo maior para se  
268 debruçar sobre o assunto e poder colaborar. A conselheira Mariana Mascarenhas  
269 argumentou que foi apresentado ao Conselho à metodologia usada, no primeiro  
270 momento, quando estava se definindo a metodologia, foi comunicado da ocorrência  
271 das oficinas específicas com especialistas para determinadas informações que





**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - Secex

Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cepram

272 estavam sendo geradas; registrou que o prazo de dez dias não era para revisão  
273 estrutural, nem o final de colaborações, porque será permanentemente alimentado,  
274 renovado e modificado; ratificou que inicialmente, tratava-se do produto 1.0 nesse  
275 prazo determinado. Passou para apreciação da revisão da Resolução 4.327;  
276 esclareceu que essa resolução, foi elaborada e aprovada, em 2013 por conta da  
277 alteração do Decreto 15.682; informou que foi apreciada em duas reuniões da Câmara  
278 Técnica de Gestão Ambiental Compartilhada (CT-GAC) com relatoria da Dra. Lúcia  
279 Cardoso. A Sra. Lúcia Cardoso parabenizou o CEPRAM que completaria 42 anos no  
280 dia 4 de outubro; destacou que essa Resolução estava vigente há dois anos, a  
281 justificativa dessa alteração se dava em função do Decreto 15.682 que alterou  
282 substancialmente o anexo IV, com o enquadramento das atividades no que diz  
283 respeito ao porte, potencial poluidor com acréscimos e supressão de atividades que  
284 antes eram licenciadas e também com a classificação das atividades fixadas no artigo  
285 29 do regulamento da Lei Ambiental onde tem classe 1,2,3,4,5 e 6; disse que  
286 basicamente as alterações que serão feitas na Resolução de fato são atualizações;  
287 informou que não foi proposta na Câmara Técnica rediscutir o método da resolução,  
288 mesmo porque seria um trabalho mais demorado; ressaltou que atualmente tem  
289 causado dificuldades aos municípios, por não saber se olham a Resolução 4.327  
290 como instrumento mais apropriado ou se olham o Decreto 15.682 com as atualizações  
291 e modificações, por isso a urgência de atualização da matéria; esclareceu que não se  
292 tratava de uma revisão do documento como um todo; mostrou que no anexo dessa  
293 Resolução lista e classifica a potencialidade dos municípios poder exercer a  
294 competência licenciadora em três níveis de gestão: nível 1, 2 e 3 que reconhece a  
295 capacidade do município, em fazer a gestão municipal para as atividades de impacto  
296 local classificados, nesse nível de hierarquia em função da análise que o próprio  
297 CEPRAM faz junto a SEMA/INEMA da condição do município em exercer esse papel  
298 licenciatório bem como fiscalizatório; explicou em linhas gerais como se procede o  
299 município para cada nível; registrou que essa classificação não foi modificada,  
300 basicamente, atualização no corpo da resolução referente a classificação das  
301 atividades constante no artigo 13 do parágrafo único e o Anexo Único que tem como  
302 proposta subdividir em dois anexos (I e II), sendo o Anexo I todas aquelas atividades  
303 que o novo Decreto com as tipologias trouxe e o Anexo II que trata simplesmente de  
304 Supressão de vegetação; apresentou a nova classificação introduzida pelo Decreto e  
305 ocorreram algumas mudanças no que estava vigente. A conselheira Mariana





**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - Secex

Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cepram

306 Mascarenhas interveio para informar que na época da Resolução anterior foi pleiteado  
307 pelos membros deste Conselho para que fosse alterado e isso foi contemplado pelo  
308 Decreto 15.682. A Sra. Lúcia Cardoso esclareceu que no que tange a supressão de  
309 vegetação, conforme a Lei Complementar 140 (LC 140) que disciplina todos os  
310 aspectos licenciatórios entre os entes federativos (artigo 23 da Constituição); ressaltou  
311 que essa LC 140 diz que o município autorizará supressão de vegetação nos  
312 empreendimentos por ele licenciado, ou seja, empreendimentos característicos de  
313 impacto local sem conflitar com a Lei da Mata Atlântica; destacou que visando revisar  
314 essa referida Resolução se atualizou o Anexo I com a tipologia e porte dos  
315 empreendimentos, criou-se o anexo II para autorização de supressão e manejo de  
316 vegetação; a atualização ocorreu no parágrafo primeiro, o artigo 2º *Capt*, exclusão do  
317 inciso V: explicou que a permanência desse inciso, o município não poderia licenciar  
318 nada na área marinha e o artigo 3º que é exatamente onde consta a atualização da  
319 classificação; reforçou as informações de que não se tratava de uma alteração da  
320 Resolução e dada a urgência e a importância da atualização perante ao Decreto,  
321 mesmo que se abra uma rediscussão da Resolução para os ajustes que se façam  
322 necessários. Registrou que o novo Decreto Federal que disciplina todos os objetos de  
323 licenciamento pelo IBAMA não deixa mais dúvida do que é competência do IBAMA  
324 isso vai regulamentar a LC 140. Na demonstração do anexo disse que chamaria a  
325 atenção aos itens marcados em amarelo porque no Decreto 15.682 foi modificado;  
326 disse que algumas poucas atividades tiveram que ser introduzidas e reclassificadas, a  
327 exemplo de produtos de higiene pessoal e saneantes; a questão da energia solar, gás;  
328 salientou que essa atualização também traz algo que estava sobre a competência do  
329 município para ser licenciado pelo Estado. No que diz respeito à supressão de  
330 vegetação dentro do próprio anexo I, a modificação foi justificada por não se adequar a  
331 denominação da tabela, por isso a criação do grupo "A-4" como Anexo II dessa  
332 Resolução. A conselheira Mariana Mascarenhas falou sobre a urgência dessas  
333 atualizações devido às demandas dos municípios e a cobrança do Ministério Público.  
334 A Sra. Kitty Tavares registrou que voltou a trabalhar com o programa de gestão  
335 ambiental compartilhada que está vinculado a Diretoria de Estudos Avançados do  
336 Meio Ambiente (DEAMA) subordinada a Superintendência de Políticas Ambientais  
337 (SPA) e está com a coordenação da Câmara Técnica de Gestão ambiental  
338 Compartilhada disse que o próprio artigo da Resolução estabelece que esse Anexo  
339 possa ser atualizado a depender do que for definido. O conselheiro Martin Mayr fez





**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - Secex

Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cepram

---

340 memória a construção dessa Resolução e a primeira alteração ocorrida; disse que na  
341 época não houve aprovação da sociedade civil por não concordarem com a forma que  
342 foi qualificada a tipologia necessária ou não; salientou que seria incoerente aprovar  
343 essa matéria que está dentro de um contexto que sempre foi combatido, disse que a  
344 proposta de hoje também é consistente; destacou que a intenção não era desfazer de  
345 todo esse trabalho, mas sim levar a sério o que o Ministério Público (MP) recomendou  
346 e foi assinada por todos os Promotores dizendo que o Decreto 15.682 de 2014, viola o  
347 conteúdo original da referida Lei Estadual de 2006 e encontra-se em condição frágil o  
348 seu conteúdo, Leis e normativas federais da Constituição Federal; falou que enquanto  
349 acharem que esse Parecer do MP tem fundamento, como poder concordar com a  
350 regulamentação que acaba justificando o oposto por esse Decreto que deve ser  
351 refeito. A conselheira Mariana Vidal esclareceu na fala do conselheiro Martin Mayr que  
352 se tratava de uma Recomendação encaminhada pelo MP assinada pelos Promotores  
353 Regional especificamente direcionada a licenciamento de atividades de agricultura,  
354 não entra em conflito com relação a outras atividades do Decreto. O Sr. Ricardo  
355 Duarte coordenador da DEAMA falou, com relação à supressão de vegetação que é  
356 uma competência nova para os municípios, tem ocorrido algumas questões referentes  
357 ao Documento de Origem Florestal (DOF) de como dar sequência após a supressão  
358 de vegetação; disse que existe um acordo entre o IBAMA e a SEMA onde o Estado  
359 realiza esse procedimento, mas não está normatizado em relação ao município e isso  
360 precisa de uma decisão. O conselheiro Célio Pinto informou que sobre esse assunto já  
361 estão aguardando um entendimento com o INEMA porque o DOF é um instrumento  
362 que está no sistema nacional do IBAMA evoluindo para o Sistema Nacional de  
363 Controle de Origem dos Produtos Florestais (SINAFLO) será necessário renovar o  
364 acordo de cooperação técnica vencido em 2011, para que continue delegando poder  
365 ao INEMA de utilizar esse sistema, nesse novo acordo poderá prever uma cláusula  
366 que permita ao INEMA credenciar os municípios; informou que a orientação nacional  
367 do IBAMA, deve ser feita a tratativa com os órgãos estaduais e por tabela os  
368 municipais. Em relação ao que o conselheiro Martin Mayr falou isso preocupa muito, o  
369 licenciamento de atividades da agricultura; ressaltou que no Estado do Tocantins é  
370 uma Lei, no Estado da Bahia é um Decreto; disse que tem conhecimento que a  
371 Procuradoria Geral da República já entrou com uma ação no Supremo Tribunal  
372 Federal e aguarda julgamento, após julgado servirá de jurisprudência para o país  
373 inteiro; disse que concordava com a Sra. Lúcia Cardoso ao tempo que a parabenizou





374 pela excelente apresentação e o trabalho da Câmara Técnica que pode ser outra  
375 discussão proposta para esse plenário, para que volte a questão específica da  
376 agricultura pela necessidade de dar uma resposta imediata aos municípios que  
377 precisam de uma melhor clareza sobre o restante do teor do Decreto. Em sua opinião  
378 poderia votar e aprovar da forma que foi apresentada. A Sra. Kitty Tavares reforçou  
379 que tiveram dois momentos interessantes de discussão dentro da Câmara Técnica,  
380 lamentavelmente no segundo momento, o conselheiro Martin Mayr não estava  
381 presente, e se viu que estava muito relacionada a se fazer uma atualização do  
382 Decreto; salientou que a idéia de subdividir o Anexo seria por uma questão mais  
383 didático, contudo a própria LC 140 é passível de regulamentação. Com relação ao  
384 DOF e também ao TSFA sugeriu realizar uma reunião da Comissão Tripartite para  
385 tratar de algumas questões e apresentar informações sobre o dialogo dos três entes  
386 ao CEPRAM para esclarecimentos; propôs uma apresentação da situação atual do  
387 Programa de Gestão Compartilhada e dos próximos caminhos e evolução desse  
388 programa. A Sra. Lúcia Cardoso mostrou o texto proposto da minuta da Resolução  
389 que altera a Resolução 4.327 com apenas três artigos: *"Ficam instituídos os anexos I e*  
390 *II na forma proposta nessa Resolução os dispositivos abaixo indicados Resolução*  
391 *CEPRAM passam a vigorar com as seguintes redações: a exclusão do inciso V que*  
392 *está no 2º artigo"*, que foi renumerado e com a supressão do artigo que fala sobre  
393 ambiente marinho, atracadouros passou a cinco incisos; o 3º artigo que diz: "que estão  
394 enquadrados com base naquela classificação de porte e potencial poluidor" que se  
395 trata da atualização da tabela. Encerrou registrando que existem muitos pontos a  
396 serem aprimorados, atualizados e renovados, esperava em breve fazer essas  
397 atualizações. A conselheira Mariana Mascarenhas esclareceu que a Resolução que  
398 está sendo sugerida alteração foi muito discutida no âmbito das duas Câmaras  
399 Técnicas justamente, porque precisava discutir juridicamente por uma questão legal do  
400 que estava sendo proposto pela CTGAC; ressaltou que nesse caso, não houve  
401 nenhuma alteração em nenhum dispositivo legal, nem inclusão de nenhum outro ponto  
402 que tivesse que ser consultado uma Legislação diferente da que estava posta na  
403 Resolução anterior; disse que ao informar ao Conselho dessas alterações ficou claro  
404 que passaria pela CTGAC; esclareceu que alteração de tipologia não tem nenhuma  
405 relação com a competência da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, Institucionais e  
406 Normativos (CTAJIN) essa competência de analisar é da CTGAC. O conselheiro Luiz  
407 Vitor retratou que não se tratava desse assunto, mas da supressão do inciso V que





408 possibilita ao município licenciar píer e coisas dessa natureza implica em uma  
409 alteração substancial no conteúdo dessa Resolução do ponto de vista jurídico; naquele  
410 momento o conselheiro pediu conferência do *quórum*. Após essa conferência  
411 identificou-se que não havia *quórum*. A conselheira Mariana Mascarenhas propôs  
412 convocar uma reunião extraordinária para vencer a pauta, considerando que outros  
413 pontos deveriam ser tratados nessa reunião. O conselheiro Martin Mayr sugeriu  
414 identificar os membros que não permaneceram na plenária impedindo o desfecho da  
415 pauta. O conselheiro Sergio Bastos sugeriu que, nas próximas pautas o que for  
416 deliberativo colocar primeiro. O conselheiro Guilherme Bonfim falou sobre o não  
417 cumprimento do horário de início da reunião, em sua opinião deve-se convocar com o  
418 horário das 8h30, com tolerância de 30 minutos, não havendo *quórum* não realiza a  
419 reunião. A conselheira Mariana Vidal se colocou a respeito da fala do conselheiro  
420 Célio Pinto sobre a questão da agricultura que foi muito discutida na Resolução  
421 anterior (2013); disse que quanto ao documento do Ministério Público a Secretaria  
422 abriu um diálogo com o mesmo respondendo a todos os pontos que foram  
423 apresentados ao MP e o secretário já abriu espaço para discutir o tema com o  
424 CEPRAM destacando não ser assunto para Resolução de Impacto Local; com relação  
425 à AÇÃO é de conhecimento, foi discutida no âmbito da Associação Brasileira de  
426 Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA) e o resultado será importante  
427 nacionalmente. O conselheiro Melquiades Oliveira endossou a fala do conselheiro  
428 Martin Mayr sobre a falta de respeito de alguns membros com relação aos que se  
429 comprometem a permanecer até o final da reunião; disse que era contra a inversão de  
430 pauta, considerando que todo assunto merece atenção. A conselheira Mariana  
431 Mascarenhas enfatizou como Secretaria Executiva vem tentando apresentar matérias  
432 que não são deliberativas neste Conselho que não significa que o mesmo não está  
433 contribuindo junto com a SEMA/INEMA e as políticas públicas. O conselheiro Renato  
434 Cunha ratificou a questão da falta de *quórum* e disse não concordar com a inversão de  
435 pauta. O conselheiro Martin Mayr comentou sobre as dificuldades de monitorar os  
436 processos ambientais no sistema, a exemplo de processos licenciados sem  
437 informação no sistema; diante disso pediu apoio a SECEX para verificar se constam  
438 processos de licenciamento em curso para as empresas AGROBRASIL referente a  
439 implantação de uma Fazenda para produção de leite e para o SUDOTEX localizado  
440 em Jaborandi com projeto de irrigação; disse que segundo os representantes locais  
441 informaram que os processos já estão bastantes adiantados. A conselheira Mariana





**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - Secex

Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cepram

442 Mascarenhas solicitou que essa demanda fosse enviada via e-mail, para que a  
443 SECEX possa atender com certa antecedência. Por fim, a conselheira Mariana  
444 Mascarenhas agradeceu a todos, a reunião foi encerrada, esta ata foi lavrada por  
445 Maria do Carmo dos Anjos e será assinada por todos os membros presentes.

446 **Presidente em exercício:** Mariana Mascarenhas

447 **Membros:**

448 Agnaldo Bahia Monteiro Neto – FEBASE

449 Alessandra Terezinha Chaves Cotgrim Reis – AIBA

450 Arnor de Oliveira Fernandes Júnior – ABES

451 Aurinézio Calheira Barbosa – COFIC

452 Célia Cavalcanti – IBAMA/MMA

453 Célio Costa Pinto – IBAMA/MMA

454 Claudio Antonio Carilo de Magalhães – COPIBA

455 Guilherme de Castro Lino Bonfim – SAGRI

456 João Gabriel Cruz Pinto Rodrigues Costa – SECOVI-BA

457 João Lopes Araujo – ASSOCAFÉ

458 Leila Márcia Oliveira – Sindicato Rural de Camacan

459 Letícia Coelho da Costa Nobre – SESAB

460 Lucidalva Rodrigues de Souza Nogueira – PRISMA

461 Luiz Vitor Ernesto Marsala – IDEIA

462 Mariana Lisbôa – SINDPACEL

463 Martin Mayr – ADES

464 Melquiades Spinola de Oliveira – CEPEDES

465 Miguel da Costa Accioly – UFBA

466 Osvaldina Rocha dos Santos – Associação Flora Brasil

467 Renato Pêgas Paes da Cunha – ADES

468 Sergio de Almeida Bastos – SINPEQ

469 Sergio Thadeu Borges Dias – ABAV-BA

470 Wal Goulart de Macedo Santa Júnior – UPB

Sergio TOMICH SILVA - Secex



## **CARTA ABERTA À SOCIEDADE**

Nós, servidores do corpo técnico do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), autarquia da administração indireta do estado da Bahia, somos responsáveis pela emissão de licenças, autorizações ambientais e outorga para o uso da água, pela fiscalização das atividades potencialmente poluidoras, pela criação e gestão de Unidades de Conservação, e pela gestão dos recursos hídricos, florestais e da biodiversidade, além da fiscalização da segurança de barragens, e vimos prestar alguns esclarecimentos à sociedade baiana.

Conscientes das suas responsabilidades e atentos às demandas da sociedade, os servidores deste Instituto estão empenhados em alertar a toda sociedade civil para os desmandos provocados pela política ambiental promovida na atual gestão, ao longo dos últimos cinco anos, e para as ações deliberadas do governo para desqualificar as estruturas estaduais e o corpo técnico do INEMA, como pano fundo para o desmonte da gestão ambiental e dos recursos hídricos no estado e no país.

Grande parte disso decorre da desestruturação institucional do Inema, que vem perdendo sua autonomia de órgão executor da política de meio ambiente e recursos hídricos, tendo a Secretária de Meio Ambiente usurpado suas atribuições e projetos – cometendo graves desvios das suas competências legais. A exemplo do “confisco” legalizado do Fundo de Meio Ambiente (FERFA) e do Fundo de Recursos Hídricos (FERHBA), cuja transferência para a SEMA impactou severamente a autonomia do INEMA, tirando recursos financeiros e patrimoniais importantes para a execução da política ambiental. Ademais, a participação popular foi descaracterizada pela pasteurização das audiências públicas e o enfraquecimento do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM). As análises dos Estudos de Impactos Ambientais foram distorcidamente simplificadas e as Comissões Técnicas de Garantia Ambiental (CTGA) de órgãos públicos passaram a assumir o licenciamento de empresas privadas. É grave ver “legalizada” neste Estado a flexibilização dos instrumentos de gestão ambiental, a exemplo da isenção de licenciamento para agricultura e pecuária extensiva, e o excesso de autorizações para supressão de vegetação nativa que potencializa desmatamento insustentável.

A conservação da biodiversidade e a gestão das Unidades de Conservação - UC não tem tido prioridade na atual agenda ambiental: há mais de 4 anos nenhuma UC foi criada na Bahia, nenhum Plano de Manejo foi elaborado, e nenhum projeto socioambiental foi contemplado para as comunidades no entorno das UC. Ainda mais grave, a maioria das UC está sem gestor, apesar do concurso público realizado recentemente ter previsto servidores para essa função, o que não foi respeitado. A situação da gestão da biodiversidade é ainda mais grave do ponto de vista administrativo, com alta rotatividade de diretores tecnicamente despreparados (5 diretores em 4 anos), o que ocasionou estagnação das ações de gestão florestal e da proteção da fauna silvestre, a exemplo da não implantação de sequer um Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) estadual.

A Bahia foi um dos estados pioneiro na criação de uma Política Estadual de Recursos Hídricos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, com a publicação da Lei nº 6.855/1995, que precedeu a Lei Federal 9.433/1997, a qual estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos. Apesar desse pioneirismo, a Bahia tem vivenciado, nos últimos anos, retrocessos na gestão de seus recursos hídricos, com frequentes modificações na política estadual, nos últimos anos. Em especial, as leis 12.035/2010, 12.377/2011, que







alteraram a lei 11.612/2009, mesclaram sem integrar devidamente a política de Meio Ambiente com a de Recursos Hídricos, não atentando para suas devidas particularidades e fragilizando os instrumentos de gestão das águas.

Essas ações de desmonte da Política Estadual de Recursos Hídricos se iniciaram na gestão do Secretário Eugênio Spengler, quando em 2010, as campanhas de monitoramento da qualidade das águas da Bahia foram reduzidas de 4 para 2 por ano, além das reuniões dos Comitês de Bacia Hidrográfica e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos terem sido reduzidas drasticamente. Em 2011, a extinção do Instituto de Gestão das Águas e Clima quebrou um processo de fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com a pulverização da outorga em diversos setores do INEMA, a descontinuidade do cadastro dos usuários da água, a redução da fiscalização, assim como a extinção do Centro de Meteorologia da Bahia - CEMBA, entre outros. Nesse período nenhum novo Comitê de Bacia foi formado e os atuais têm suas atuações esvaziadas. Dentre outras consequências, destacamos a fragmentação e esfacelamento da análise e gestão das outorgas, bem como atraso nos planos de bacia e enquadramento de corpos d'água, que poderão comprometer a disponibilidade hídrica para os usuários e agravar a crise hídrica, já instalada. Apesar dos esforços dos técnicos em apontar e tentar corrigir esses problemas, a direção do INEMA não tem respondido de forma efetiva.

A falta de diálogo dessa gestão é a marca registrada permeada por absoluta falta de respeito com os servidores, despreparo na condução dos processos de negociação, descumprimento de acordos, e não atendimento deliberado dos nossos pleitos o que demonstra autoritarismo e distorção na centralidade da direção do órgão. Como exemplo: ausência completa da participação dos servidores nas discussões do Plano Plurianual; a ineficiência da Avaliação de Desempenho Funcional (ADF); a falta de transparência na condução do percebimento de insalubridade e periculosidade para os servidores que se expõem a riscos em atividades de campo; a ausência de segurança no trabalho; falta de capacitação e valorização do servidor; entre outras demandas que são totalmente ignoradas pelos dirigentes, provocando uma onda de insatisfação e desânimo do servidor para com esta gestão.

Por fim, nós, servidores do corpo técnico do INEMA, gostaríamos de manifestar nossa indignação e informar à população que estamos em Operação Padrão desde Abril/2015 e que, caso não ocorram avanços das pautas reivindicadas, entraremos em paralisação.

Certos de que o meio ambiente equilibrado é interesse e responsabilidade de todos, convocamos a sociedade baiana para a reflexão e o apoio à nossa mobilização, tendo como meta novos rumos para o meio ambiente e as águas da Bahia.

ASCRA – Associação Pré-Sindical dos Servidores do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

ASSERF – Associação dos Especialistas e Fiscais do Grupo Ocupacional Fiscalização e Regulação do Estado da Bahia

AFA – Associação dos Fiscais Estaduais Agropecuários da Bahia

ASTEFIRBA – Associação dos Técnicos em Fiscalização e Regulação da Bahia



